Investimento/PA/MWh	Varição anual [(s-1)/(s-2)-1]	Fator de eficiência
< 400 €		0%
[400 €; 500 €]	> 0%	4%
	[-2%; 0%]	3%
	[-5%; -2%[	2%
	< -5%	1%
> 500 €	> 0%	5%
	[-2%; 0%]	4%
	[-5%; -2%[	3%
	< -5%	2%

PA – pontos de entrega.

(s-1) – ano civil imediatamente anterior ao do ano-gás a que se reporta o apuramento do parâmetro.

311413745

Regulamento n.º 387/2018

Segunda Alteração ao Regulamento das Relações Comerciais do setor do gás natural

A revisão regulamentar do setor do gás natural, designadamente do Regulamento Tarifário e do Regulamento das Relações Comerciais, foi precedida de consulta pública relativa às propostas de alteração regulamentar, apresentada no dia 31 de janeiro de 2018.

Na referida consulta pública, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) aludia à alteração decorrente da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), nos termos da qual os custos decorrentes da aplicação da tarifa social aos clientes de gás natural “*são suportados pelas empresas transportadoras e comercializadoras de gás natural na proporção do volume comercializado de gás no ano anterior*” (artigo 209.º).

Na mesma consulta pública, a ERSE propôs que, nos termos da lei, os custos com a tarifa social do gás natural fossem suportados, seguramente, pelo Operador da Rede de Transporte (ORT) e pelos comercializadores, em partes iguais. De seguida, questionou os operadores quanto aos agentes financiadores desse encargo com a tarifa social e quanto à respetiva repartição.

Dado que a generalidade dos comentários recebidos em relação a esta questão mostravam preocupação com a opção do legislador, argumentando que poderia afetar o equilíbrio económico-financeiro e referindo que esta seria uma medida de carácter social que, como tal, deveria ser financiada pelo próprio Estado, e tendo o Conselho Tarifário recomendado expressamente à ERSE que obtivesse junto do legislador uma completa clarificação, esta Entidade Reguladora apreciou, referindo, designadamente, que se encontrava vinculada ao princípio da legalidade e que havia enviado uma comunicação a Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia da República, visando indagar da possibilidade de clarificação do artigo 209.º da Lei do Orçamento de Estado.

Sua Excelência, o Secretário de Estado da Energia, solicitou ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República um parecer sobre a *tarifa social do gás natural*, o qual, em Parecer votado na sessão de 18 de maio de 2018, homologado por Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado da Energia, e recebido na ERSE em 24 de maio de 2018, considerou que o artigo 209.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 revogou tacitamente o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro, que fazia repercutir nos consumidores os custos da tarifa social, e procurou clarificar o novo modo de financiamento da tarifa social.

Tal modo de financiamento consubstancia-se, nos termos do referido Parecer, na imputação a todas as empresas que procedam ao transporte e comercialização do gás natural, em tais se incluindo os operadores das redes de distribuição. Com efeito, segundo o Conselho Consultivo da Procuradoria-

Geral da República, “*Independentemente da densificação que o legislador entenda fazer do artigo 209.º do OE 2018, não será despidendo precisar algo mais sobre o seu último segmento - “na proporção do volume comercializado de gás no ano anterior”. Não pode por volume comercializado de gás considerar-se tão-somente as operações relativas à comercialização de gás na aceção já atrás reproduzida [citando a legislação setorial, e em termos gerais: compra e venda de gás natural a clientes], sob pena de deixar sem sentido a estatuição do financiamento pelas “empresas transportadoras”. Tem, portanto, de entender-se volume comercializado num sentido amplo que permita abranger todos os operadores que constituem o universo da norma.”.*

Assim, entendeu o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República que “*deve aqui ser considerado como transporte de gás toda a veiculação de gás quer se faça através de uma rede interligada de alta pressão quer se faça através da rede de distribuição*”. Acrescenta-se ainda que para efeitos de repartição dos custos decorrentes da aplicação da tarifa social, deve considerar-se o respetivo “*volume de entregas/fornecimentos de gás no ano anterior*”.

Atendendo à manifesta urgência do procedimento em causa (designadamente, atendendo ao hiato temporal que medeia o conhecimento do Parecer e a publicação das tarifas para o ano 2018), tendo a ERSE apenas tomado conhecimento dos novos elementos a 24 de maio de 2018, e atendendo ainda ao facto de os operadores terem tido oportunidade de se pronunciarem sobre questões relacionadas com a possibilidade de repartição de custos da tarifa social por parte de outros operadores que não as empresas de transporte e de comercialização, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 124.º e das alíneas a) e d) do n.º 3 do artigo 100.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, foi dispensada a audiência prévia dos interessados.

Nestes termos, fazendo seus os argumentos invocados pelo Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 9.º, do artigo 10.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 31.º dos Estatutos da ERSE, anexos ao Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, e do artigo 63.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 140/2006, de 23 de agosto, todas nas redações que se encontram em vigor, o Conselho de Administração da ERSE, aprovou, por deliberação de 1 de junho de 2018, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento procede à alteração do Regulamento das Relações Comerciais do setor do gás natural, aprovado pelo Regulamento n.º 416/2016, publicado na 2.ª série do Diário da República de 29 de abril de 2016, alterado pelo Regulamento n.º 224/2018, publicado na 2.ª série do Diário da República de 16 de abril de 2018.

Artigo 2.º

Alteração ao Regulamento das Relações Comerciais do setor do gás natural

O artigo 40.º do Regulamento das Relações Comerciais do setor do gás natural passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 40.º

[...]

- 1- O operador da rede de transporte fatura mensalmente aos comercializadores e aos comercializadores de último recurso retalhistas os valores referentes aos custos da tarifa social que, nos termos da legislação em vigor, devem ser suportados por estes, conforme informação publicada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário.
- 2- [...]
- 3- Para efeitos da transferência prevista no número anterior, considera-se o valor líquido dos direitos de recebimento e obrigações de pagamento referentes à aplicação da tarifa social, do operador da rede de distribuição em causa, com base na informação publicada pela ERSE.
- 4- (*Anterior n.º 3.*)

Artigo 3.º
Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir da data da sua aprovação.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

1 de junho de 2018

O Conselho de Administração

Maria Cristina Portugal

Alexandre Silva Santos

Mariana Pereira

311413778

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 8551/2018

Por despacho exarado, a 11/05/2018, pelo Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva, foi autorizada a contratação do Doutor José Alberto Serra Ferreira Rodrigues Fuinhas, e celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em regime de tenure, como Professor Associado, com agregação em dedicação exclusiva, com o posicionamento remuneratório entre o nível 69.º e 70.º da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde a remuneração de €4.010,23.

A contratação, com início a 3 de setembro de 2018, resulta da conclusão do concurso documental internacional destinado ao preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de Professor Associado, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, para desempenho de funções na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, aberto por Edital n.º 848/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 24 de outubro, na bolsa de emprego público, através do OE201710/0304 e no sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (url: www.eracareers.pt), através do Unique identifier:8b2dd724-7fee-4d54-b087-e1b61a51e04c.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

06/06/2018. — A Chefe de Divisão de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Maria do Carmo Mateus*.

311420751

Aviso n.º 8552/2018

Por despacho do Reitor da Universidade de Coimbra, torna-se público que, nos termos e em cumprimento do previsto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no artigo 110.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, estabelecido pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, durante o período de 30 dias a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, é submetido a discussão pública o projeto de alteração do Regulamento Académico da Universidade de Coimbra.

Durante o período em apreço poderão os interessados consultar o mencionado projeto de regulamento no sítio da Universidade de Coimbra, através do seguinte endereço: www.uc.pt/regulamentos/discussao.

Os interessados poderão dirigir, por escrito, dentro do prazo indicado, as sugestões que tiverem por convenientes, para a seguinte morada: Serviço de Gestão Académica (SGA), Colégio de Santa Rita, Rua da Ilha, 3000-214 Coimbra, ou por correio eletrónico para ga@uc.pt.

7 de junho de 2018. — A Administradora, *Teresa Antunes*.

311420654

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Aviso n.º 8553/2018

Torna-se público que, ao abrigo dos artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, foi registada pela Direção-Geral do Ensino Superior com o número R/A-Ef 1691/2011, de 13 de abril de 2018 a alteração do ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciatura em Artes Visuais, a que se refere o Despacho n.º 4709/2008 publicado no *Diário da República* n.º 37, 2.ª série de 21 de fevereiro de 2008. A alteração registada pela DGES engloba a alteração do plano de estudos e a designação do curso, passando a designar-se por: Licenciatura em Artes Plásticas e Multimédia.

Determino no uso de delegação de competências, que, de acordo com o artigo 80.º do decreto-lei supramencionado, se proceda à publicação em anexo, da estrutura curricular e do plano de estudos do curso agora alterado, os quais entram em funcionamento a partir do ano letivo de 2018-2019.

14/5/2018. — A Vice-Reitora, *Cesaltina Pires*.

ANEXO

- 1 — Estabelecimento de ensino: Universidade de Évora
- 2 — Unidade orgânica: Escola de Artes
- 3 — Grau ou diploma: Licenciado
- 4 — Ciclo de estudos: Artes Plásticas e Arte Multimédia
- 5 — Área científica predominante:
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 180
- 7 — Duração normal do ciclo de estudos: 3 Anos
- 8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura: Não aplicável
- 9 — Estrutura curricular:

QUADRO N.º 1

Áreas científicas	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Opcionais
Artes Plásticas	AP	36	
Arte Multimédia	AM	30	
Artes Plásticas e Arte Multimédia ...	AP e AM	51	
História da Arte	HA	3	
Artes Plásticas/Arte Multimédia/Artes Plásticas e Arte Multimédia	AP/AM/ AP e AM		36
Diversas	—		24
<i>Subtotal</i>		120	60
<i>Total</i>		180	